



ASPECTOS INSTITUCIONAIS LIGADOS AO LIVRE ACESSO À REDE DE TRANSPORTE NO BRASIL

Jurandir Gonçalves Ferreira¹, Hirdan Katarina de Medeiros Costa ²,
Basília Maria Baptista Aguirre³, Célio Bermann⁴

Copyright 2006, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Este Trabalho Técnico foi preparado para apresentação na *Rio Oil & Gas Expo and Conference 2006*, realizada no período de 11 a 14 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro. Este Trabalho Técnico foi selecionado para apresentação pelo Comitê Técnico do evento, seguindo as informações contidas na sinopse submetida pelo(s) autor(es). O conteúdo do Trabalho Técnico, como apresentado, não foi revisado pelo IBP. Os organizadores não irão traduzir ou corrigir os textos recebidos. O material conforme, apresentado, não necessariamente reflete as opiniões do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, seus Associados e Representantes. É de conhecimento e aprovação do(s) autor(es) que este Trabalho Técnico seja publicado nos Anais da *Rio Oil & Gas Expo and Conference 2006*.

Resumo

O gás natural passou a ter relevância no contexto nacional a partir de meados da década de noventa, porém o desenvolvimento de um mercado desse tipo é condicionado pelas estruturas que o contenha sob temperatura e pressão atmosférica. Um dos principais problemas que surgem neste tipo de mercado é o trade-off entre a necessidade do aumento dos investimentos e controle do poder de monopólio de algumas empresas. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na tentativa de inserir pressão competitiva neste setor, enfrentou a resistência Petrobrás no caso do Projeto Malhas Sudeste-Nordeste, em virtude da discordância da agência ao modelo em questão. Para a ANP, o modelo proposto pela Petrobrás prejudicava a concorrência no setor, devido a não incorporar a separação da atividade de transporte de gás natural, realizada por empresas independentes. A posição da Petrobrás, contudo, prevaleceu. Nestas circunstâncias, este trabalho objetiva analisar quais foram os motivos que levaram a ANP a mudar sua postura inicial quanto ao Projeto em questão. A metodologia utilizada baseia-se no instrumental teórico da Nova Economia Institucional, através da análise dos contratos que se estabeleceram entre as partes envolvidas. A análise dos arranjos contratuais realizados permite identificar a existência ou não de mecanismos promotores de competição, e também, o tipo de cláusulas que poderiam vir a introduzir práticas concorrencias no mercado.

Abstract

Natural gas started to have relevance in the national context since the middle of the ninety's, however the development of a market of this type is conditioned by the structures that contain it under temperature and atmospheric pressure. One of the main problems that appear in this type of market is the trade-off between the necessity of the increase of the investments and the control of the power of monopoly of some companies. The National Agency of the Oil, Natural Gas and Biofuels (ANP) in an attempt to insert competitive pressure in this sector, faced Petrobras' resistance in the case of the Project Meshes Southeast-Northeast, due to the disagreement of the agency to the model in question. For the ANP, the model considered by Petrobras harms the competition in the sector, since it does not incorporate the separation of the activity of natural gas transportation, carried through by independent companies. The position of Petrobras, however, prevailed. In these circumstances, this work aims to analyze which had been the reasons that had taken the ANP to change its initial position concerning the Project in question. The used methodology is based on the theoretical instrument of the New Institutional Economy, through the analysis of the contracts that were established between the parts involved. The analysis carried through the contractual arrangements allows to identify the existence or not of promotional mechanisms of competition, and also, the type of clauses that could introduce competition practices in the market.

¹ Graduando em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, bolsista de pesquisa do PRH 04/ANP/MCT

² Mestranda em Energia do Programa de Pós-Graduação em Energia, no Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo, bolsista de pesquisa do PRH 04/ANP/MCT.

³ Professora Doutora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo.

⁴ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Energia, no Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo.